



**ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACUÍPE**

**RELATÓRIO DE GESTÃO
(ORÇAMENTÁRIO, FINANCEIRO, PATRIMONIAL E FISCAL)**

Sumário

1. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA.....	2
1.1. Balanço Orçamentário.....	2
1.1.1 RECEITA ORÇAMENTÁRIA	3
1.1.2 DESPESA ORÇAMENTÁRIA	3
1.1.3 RESTOS A PAGAR	4
2. GESTÃO FINANCEIRA	4
3. GESTÃO PATRIMONIAL.....	5
4. MEDIDAS ADOTADAS PARA ASSEGURAR A BOA GESTÃO DOS RECURSOS.....	6
4.1 Recursos aplicados em Saúde	6
4.2 Recursos aplicados em Educação.....	7
4.3 Transferência para o Poder Legislativo.....	7
4.4 Limites LRF	Erro! Indicador não definido.
4.5 Cumprimento dos Programas previstos na LOA/2021.....	7



**ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACUÍPE**

**RELATÓRIO DE GESTÃO
(ORÇAMENTÁRIO, FINANCEIRO, PATRIMONIAL E FISCAL)**

1. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

A Gestão Orçamentária decorre da formulação de um planejamento, onde há a definição de parâmetros e orientações, a fim de subsidiar os gestores de recursos na implementação das diversas políticas públicas formuladas sempre com o objetivo de atender às necessidades da população.

As bases orçamentárias da gestão em 2021 foram lastreadas nos instrumentos constitucionais e legais descritos a seguir:

Plano Plurianual – PPA Plano Plurianual – PPA: o Plano Plurianual instituído pela Lei nº 561, de 28 de dezembro de 2020, que dispõe sobre a 3ª Revisão do Plano Plurianual para o período de 2018-2021, se constitui numa peça importante do sistema de planejamento governamental – definido pela Carta Magna, estabelecendo de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas para os dispêndios e investimentos e as pertinentes aos programas de duração continuada. Assim, o Plano Plurianual constitui-se em instrumento intermediário entre o Planejamento Estratégico, de longo prazo, e os orçamentos anuais.

Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO: as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2021 foram estabelecidas pela Lei nº 558 em 28 de setembro de 2020, contemplando prioridades e metas a serem alcançadas pelas ações governamentais em conformidade com o disposto no §29 do Art. 165 da Constituição Federal, no §29 do Art. 159 da Constituição Estadual e na Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

Lei Orçamentária Anual – LOA: o orçamento de 2021 foi aprovado pela Lei nº 560, de 28 de dezembro de 2020, apresentando a estimativa da receita e a fixação da despesa nos termos das Constituições Federal e Estadual, e compatível com as ações estruturadas pelo PPA e com as diretrizes estabelecidas na LDO.

1.1. Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário é o instrumento que demonstra a execução orçamentária da entidade pública e sua estrutura obedece ao modelo proposto pela Lei Federal nº 4.320/64, apresentando uma configuração em duas seções onde são demonstradas as receitas previstas e as despesas fixadas, em confronto com os ingressos orçamentários e as despesas empenhadas. A partir da



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACUÍPE

RELATÓRIO DE GESTÃO
(ORÇAMENTÁRIO, FINANCEIRO, PATRIMONIAL E FISCAL)

comparação entre as receitas e as despesas, o resultado poderá ser deficitário, superavitário ou de equilíbrio orçamentário.

O Orçamento foi executado considerando as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas, conforme estabelece o Art. 35 da Lei citada, escrituradas através das contas de controle orçamentário, classes 5 e 6 do PCASP.

1.1.1 RECEITA ORÇAMENTÁRIA

A Receita Total teve uma realização no valor de R\$ 25.517.726,29 significando uma execução de 115,06% do orçamento previsto atualizado, ocorrendo assim um superávit de arrecadação no montante de R\$ 3.340.483,15.

1.1.2 DESPESA ORÇAMENTÁRIA

O orçamento inicial, de acordo com o aprovado através da LOA, foi de R\$ 13.765.000,00, mas, ao longo do exercício sofreu alterações, sendo atualizado o valor total passando a dispor de R\$ 22.177.243,14.

A execução orçamentária da despesa foi de R\$ 16.970.798,21, pormenorizadas nos seguintes itens:

Descrição	Valor Empenhado
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.464.464,92
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.315.473,78
INVESTIMENTOS	3.935.527,22
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	255.332,29
TOTAL	16.970.798,21

Quando comparamos o montante da receita arrecadada com o total da despesa empenhada, nota-se que houve superavit na execução orçamentária no exercício de 2021 de R\$ 8.546.928,08, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Descrição	Valores
Receita Arrecadada	25.517.726,29
Despesa Empenhada	16.970.798,21
Superávit orçamentário	8.546.928,08

Já a despesa liquidada foi no montante de R\$ 16.970.798,21, detalhada nos seguintes itens:



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACUÍPE

RELATÓRIO DE GESTÃO
(ORÇAMENTÁRIO, FINANCEIRO, PATRIMONIAL E FISCAL)

Descrição	Valor Liquidado
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.464.464,92
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.315.473,78
INVESTIMENTOS	3.935.527,22
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	255.332,29
TOTAL	16.970.798,21

Em relação à despesa fixada na Lei de Orçamento para o exercício de 2021, observa-se que houve uma economia na execução na ordem de R\$ 27.987,72, conforme demonstramos a seguir:

Descrição	Valores
Despesa Autorizada	16.998.785,93
Despesa Empenhada	16.970.798,21
Economia Orçamentária	27.987,72

1.1.3 RESTOS A PAGAR

Como se pode observar no Anexo 12 - Balanço Orçamentário do total da despesa executada, cerca de 97,70% foram pagas, gerando dessa forma Restos a Pagar no montante de R\$ 390.510,97, equivalente a aproximadamente 2,30% da despesa empenhada, conforme a seguir demonstrado:

Descrição	Valores
Valor Empenhado	16.970.798,21
Valor Liquidado	16.970.798,21
Valor Pago	16.580.287,24
Restos a Pagar Processados	390.510,97
Restos a Pagar não Processados	0
Total dos Restos a Pagar	390.510,97

2. GESTÃO FINANCEIRA

Realizar a Gestão Financeira significa o planejamento, a análise e o controle dos recursos diversos financeiros da Prefeitura Municipal de Jacuípe com o fim de atender às diversas funções da despesa, bem como buscar uma administração eficiente das reservas financeiras para cobertura das obrigações constitucionais e legais.



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACUÍPE

RELATÓRIO DE GESTÃO
(ORÇAMENTÁRIO, FINANCEIRO, PATRIMONIAL E FISCAL)

No gerenciamento da movimentação de recursos financeiros da Prefeitura Municipal de Jacuípe são consideradas as disponibilidades existentes, ou seja, o efetivo Ingresso de recursos em caixa.

O Resultado Financeiro consiste na diferença entre os ingressos e os dispêndios, onde demonstra um saldo de positivo, apurado da seguinte forma:

Descrição	Valores
Receitas Orçamentárias	25.517.726,29
Receitas Extra-orçamentária	661.821,20
Transferências Financeiras Recebidas	12.354,36
(-) Despesa Orçamentária	16.970.798,21
(-) Despesa Extra-orçamentária	593.273,05
(-) Transferências Financeiras Concedidas	8.295.753,97
Resultado Financeiro	332.076,62
<i>Saldo Financeiro do Exercício Anterior</i>	<i>1.477.935,06</i>
Saldo para o Exercício Seguinte	1.810.011,68

3. GESTÃO PATRIMONIAL

Na avaliação da Gestão Patrimonial são considerados os dados referentes à situação de liquidez, à estrutura de captação e à rentabilidade da aplicação de recursos, assim como as ações e decisões governamentais que influenciaram a estrutura patrimonial no período analisado.

A administração do patrimônio público corresponde à verificação das necessidades de manutenção ou aumento dos ativos circulantes e não circulantes, tendo em vista o cumprimento das obrigações imediatas constantes do passivo circulante, bem como a redução dos compromissos de longo prazo do passivo não circulante.

A apuração da diferença entre Ativo e Passivo Circulantes fornece o resultado em curto prazo do Balanço Patrimonial. A diferença positiva indica um Superávit e a negativa um Déficit, com relação à capacidade de saldar compromissos no curto prazo.

Em 2021, pode-se verificar a existência de um superávit Bruto no curto prazo de R\$ 887.802,68 – diferença entre o Ativo Circulante e o Passivo Circulante - indicando que os direitos de curto prazo do Município de Jacuípe são suficientes para saldar suas obrigações de curto prazo.



**ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACUÍPE**

**RELATÓRIO DE GESTÃO
(ORÇAMENTÁRIO, FINANCEIRO, PATRIMONIAL E FISCAL)**

4. MEDIDAS ADOTADAS PARA ASSEGURAR A BOA GESTÃO DOS RECURSOS

Para assegurarmos uma boa gestão dos recursos públicos, estamos sempre observando os princípios da Administração Pública: Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência. Além de promovemos a seleção das despesas essenciais e postergação dos gastos não prioritários.

Promovemos a Transparência das ações governamentais por meio da ampla divulgação, bem como realização de Audiências Públicas mensais e trimestrais junto aos Conselhos Municipais de Educação e de Saúde, respectivamente, com vistas, a prestar contas dos recursos aplicados em Educação e nas ações de Saúde Pública.

Realizamos também audiências públicas quadrimestralmente com a avaliação do cumprimento das metas fiscais, obedecendo ao disposto no § 4º, art. 9º da LC nº 101/2000, a LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal.

Após a implantação do Portal da Transparência para divulgação da arrecadação das receitas, pagamentos das despesas de fornecedores e prestadores de serviços, relação de pagamento mensal do funcionalismo, prestações de contas anuais, relatórios da execução orçamentária e da gestão fiscal.

Disponibilizamos, através do Web Site e a toda sociedade, consulta dos pagamentos efetuados aos fornecedores que prestam serviços a esta municipalidade, aumentando a transparência e melhorando a gestão dos recursos públicos.

Efetivamos o planejamento das ações do governo através das peças de planejamento que atendem e que estão em consonância com as necessidades dos serviços públicos a serem prestados aos munícipes.

4.1 Recursos aplicados em Saúde

Conforme Lei Complementar 141/12, os Municípios e o Distrito Federal devem aplicar anualmente em ações e serviços públicos de saúde, no mínimo, 15% da arrecadação dos impostos. Adicionalmente, a Prefeitura Municipal de Jacuípe define em Lei Orgânica aplicação



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACUÍPE

RELATÓRIO DE GESTÃO
(ORÇAMENTÁRIO, FINANCEIRO, PATRIMONIAL E FISCAL)

mínima de 15%. No ano de 2021, por meio da Fundo Municipal de Saúde, esse Município investiu em Saúde 20.74% dos impostos arrecadados.

4.2 Recursos aplicados em Educação

A Prefeitura Municipal de Jacuípe, por meio da Fundo Municipal de Educação, aplicou 25,01% em Educação no ano de 2021. Dos recursos do FUNDEB, foram aplicados 70% com profissionais do magistério e os demais recursos (os 30% restantes) foram aplicados em despesas de manutenção das escolas que compõem esse município.

4.3 Transferência para o Poder Legislativo

No ano de 2021 foi repassado duodécimo no valor de R\$ 974.009,52 para a Câmara Municipal de Jacuípe, o equivalente a 7% da Receita Corrente Líquida apurado nas contas da Prefeitura no ano de 2020.

4.2 Cumprimento dos Programas previstos na LOA/2021

Conforme Art. 4º da LOA/2021, nº 560, a despesa deveria ser realizada segundo a discriminação dos quadros Programa de Trabalho e Natureza da Despesa, descritos na própria Lei. Ao confrontar a dotação inicial de cada despesa com os respectivos valores empenhados, nota-se que este município se dedicou ao máximo para realizar todas as ações propostas diante dos recursos disponíveis. O quadro abaixo demonstra os gastos realizados em cada despesa por função.

FUNÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	EMPENHADO
Legislativa	973.274,52	951.473,43
Administração	11.090.112,93	11.062.434,62
Assistência Social	1.421.593,77	1.406.888,44
Previdência Social	2.463.635,00	2.454.639,15
Saúde	7.015.487,45	6.969.452,67
Educação	14.231.138,05	13.969.916,16
Cultura	67.544,75	67.515,30
Urbanismo	3.727.093,17	3.727.040,99
Habituação	0,00	0,00



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACUÍPE

RELATÓRIO DE GESTÃO
(ORÇAMENTÁRIO, FINANCEIRO, PATRIMONIAL E FISCAL)

Agricultura	37.448,00	37.448,00
Energia	634.960,62	634.958,70
Transporte	814.421,58	814.421,58
Desporto e Lazer	0,00	0,00
Encargos Especiais	645.404,88	645.216,72
Reserva de Contingência	0,00	0,00

Diante desses números, constata-se que os gastos da Prefeitura foram equilibrados em comparação a dotação atualizada, uma vez que, mesmo diante da redução de receitas, os montantes executados não destoam da proposta inicial de execução.